PAUTA
PARA A 76ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 14 DE JUNHO DE 2010

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 502, de 2010, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a criar cargos docentes nos CEEJAs - Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, da rede oficial de ensino.

2 - Projeto de lei nº 503, de 2010, de autoria do deputado Alex Manente. Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 9.636, de 1997, que dá denominação ao viaduto que especifica.

3 - Projeto de lei nº 504, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Isenta do pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, bem como da taxa de licenciamento dos autos, os policiais e bombeiros militares do Estado.

4 - Projeto de lei nº 505, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Autoriza o Poder Executivo a criar um Programa Permanente de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Científico e Cultural no Estado.

5 - Projeto de lei nº 506, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Dispõe que todas as maternidades do Estado disponibilizem pulseiras antissequestro para os recém-nascidos.

6 - Projeto de lei nº 507, de 2010, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Dá a denominação de "Vereador Jayme Daige Filho" à Escola Estadual Nossa Senhora dos Navegantes, em Guarujá.

7 - Projeto de lei nº 508, de 2010, de autoria do deputado Fernando Capez. Torna obrigatória a instalação de equipamento audiovisual em todos os imóveis situados no Estado que tenham entrada e saída de veículos em locais de circulação de pedestres.

8 - Projeto de lei nº 509, de 2010, de autoria do deputado Samuel Moreira. Dá a denominação de "Rodovia Abílio Previdi" ao trecho da SP 226 que liga a BR 116, na altura do km 464,6, ao município de Pariquera-Açu.

9 - Projeto de lei nº 510, de 2010, de autoria do deputado Feliciano Filho. Torna obrigatória a realização de pelo menos 1 (um) exame parasitológico com resultado positivo ou 01(hum) teste sorológico com proteína recombinante, considerados exames confirmatórios, para efeito de realização de eutanásia em cães para o controle da Leishmaniose Visceral Canina no Estado.

10 - Projeto de lei nº 511, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Dispõe sobre a criação da Campanha "Dente de leite também tem que ser tratado".

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 500, de 2010, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Fixa um novo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação desta lei, para os servidores públicos estaduais, ativos e inativos, de qualquer categoria ou vínculo empregatício, requererem suas inscrições como contribuintes do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE.

2 - Projeto de lei nº 501, de 2010, de autoria do deputado Vaz de Lima. Dá a denominação de "Vereador Fio Veraldi" ao viaduto localizado no km 388+950 da Rodovia Armando Sales de Oliveira, SP 322, em Bebedouro.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 497, de 2010, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Institui desconto no Imposto sobre a Prorpriedade de Veículos Automotores - IPVA para contribuintes que não tenham incorrido em infração de trânsito.

2 - Projeto de lei nº 499, de 2010, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Professora Stella da Matta Ambrósio" à Escola Estadual do Jardim Pulicano, em Franca.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 33, de 2010, de autoria da deputada Ana Perugini. Altera a redação da Lei complementar nº 1.025, de 2007, que transforma a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE em Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP dispõe sobre os serviços públicos de saneamento básico e de gás canalizado no Estado.

2 - Projeto de lei nº 491, de 2010, de autoria do deputado Celino Cardoso. Dá a denominação de "Professora Eulice Sílvio Mendonça da Silva" à Escola Estadual Jardim Brasília, na Capital.

3 - Projeto de lei nº 492, de 2010, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Museu do Meio Ambiente do Estado de São Paulo "Emílio Miguel Abellá".

4 - Projeto de lei nº 493, de 2010, de autoria da deputada Rita Passos. Dá a denominação de "Prof. João Antonio Motta Navarro" à Escola Estadual do Parque Residencial Potiguara, em Itu.

5 - Projeto de lei nº 494, de 2010, de autoria do deputado Rodrigo Garcia. Dispõe sobre a criação do Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo.

6 - Projeto de lei nº 495, de 2010, de autoria do deputado Roque Barbiere. Altera dispositivos da Lei nº 12.236, de 2006, que disciplina e regula a atividade das modalidades desportivas de bilhar e sinuca.

7 - Projeto de lei nº 496, de 2010, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Geraldo Ramos" à ponte sobre o Rio das Almas, localizada no km 204,8 da Rodovia SP - 127, em Capão Bonito.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 488, de 2010, de autoria do deputado Bruno Covas. Assegura o direito à visita íntima nos estabelecimentos penais de regime fechado e do semiaberto, independentemente da orientação sexual do preso.

2 - Projeto de lei nº 489, de 2010, de autoria do deputado Rafael Silva. Declara de utilidade pública a "Fraternidade Espírita Caminho da Luz", em São Paulo.

3 - Projeto de lei nº 490, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Cria o "Selo Empresa Inclusiva" no Estado São Paulo.

4 - Moção nº 64, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Srs. Líderes Partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 5443, de 2005, que dispõe sobre a não existência do vínculo empregatício entre Confissão Religiosa, seja Igreja ou Instituição, Ordem ou Congresso, e seus Ministros, seja aprovado.

5 - Moção nº 65, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados a fim de que empreenda todos os esforços para que o Projeto de Lei nº 6819, de 2010, que dispõe sobre a jornada e condições de trabalho dos nutricionistas, não seja aprovado.

6 - Moção nº 66, de 2010, de autoria da deputada Haifa Madi. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Srs. Líderes Partidários, a fim de que empreendam esforços para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 368, de 2009, que altera dispositivos da Constituição Federal para estabelecer a necessidade de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão de jornalista, seja apreciada e aprovada.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1436, de 2009, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Edison Oliveira Martho" ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME de Itapeva.

2 - Projeto de lei nº 423, de 2010, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Durval Mantovaninni" ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME de Atibaia.

3 - Moção nº 8, de 2010, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de que se determine ao Ministério da Saúde a realização de estudos a fim de que sejam criados mecanismos para exigir das Organizações Sociais de Saúde - OSS's a comprovação de prazo mínimo de 10 (dez) anos de prestação de serviços próprios de assistência de massa na área da saúde.

4 - Moção nº 18, de 2010, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que determine ao Senhor Ministro da Saúde que empreenda esforços na inclusão da população com idade escolar de 3 a 19 anos no calendário de vacinação contra a gripe H1N1, por estar em grupo de alto risco.

5 - Moção nº 23, de 2010, de autoria da CPI do Erro Médico. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que encaminhe projeto de lei ao Congresso Nacional que disponha sobre a isenção de impostos e taxas na aquisição de aparelhos a serem utilizados em serviços de radioterapia.